

É T I C A

Adolfo Sánchez Vázquez

Adolfo Sánchez Vásquez

ÉTICA

12.^a Edição

Tradução de
João Dell'Anna

**Título do original espanhol:
ÉTICA**

**D.R. © 1969, Adolfo Sánchez Vázquez, Patricio Sanz,
1104-14 México 12,D.F.**

**Desenho de capa: SANDRA PASSOS
Diagramação: RENATO BASTOS**

1990

**Todos os direitos reservados à:
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua Benjamin Constant, 142 - Glória
20241 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 221-1132
Telex: (21) 38074
Fax: (021) 231-0754**

Objeto da Ética

1. – Problemas Morais e Problemas Éticos

NAS RELAÇÕES cotidianas dos indivíduos entre si, surgem continuamente problemas como estes: Devo cumprir a promessa x que fiz ontem ao meu amigo Y , embora hoje perceba que o cumprimento me causará certos prejuízos? Se alguém se me aproxima, à noite, de maneira suspeita e receio que me possa agredir, devo atirar nele, aproveitando que ninguém pode ver, a fim de não correr o risco de ser agredido? Com respeito aos crimes cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, os soldados que os executaram, cumprindo ordens militares, podem ser moralmente condenados? Devo dizer sempre a verdade ou há ocasiões em que devo mentir? Quem, numa guerra de invasão, sabe que o seu amigo Z está colaborando com o inimigo, deve calar, por causa da amizade, ou deve denunciá-lo como traidor? Podemos considerar bom o homem que se mostra caridoso com o mendigo que bate à sua porta e, durante o dia — como patrão — explora impiedosamente os operários e os empregados da sua empresa? Se um indivíduo procura fazer o bem e as consequências de suas ações são prejudiciais àqueles que pretendia favorecer, porque lhes causa mais prejuízo do que be-

nífcio, devemos julgar que age corretamente de um ponto de vista moral, quaisquer que tenham sido os efeitos de sua ação?

Em todos estes casos, trata-se de problemas práticos, isto é, de problemas que se apresentam nas relações efetivas, reais, entre indivíduos ou quando se julgam certas decisões e ações dos mesmos. Trata-se, por sua vez, de problemas cuja solução não concerne somente à pessoa que os propõe, mas também a outra ou outras pessoas que sofrerão as conseqüências da sua decisão e da sua ação. As conseqüências podem afetar somente um indivíduo (devo dizer a verdade ou devo mentir a X?); em outros casos, trata-se de ações que atingem vários indivíduos ou grupos sociais (os soldados nazistas deviam executar as ordens de extermínio emanadas de seus superiores?). Enfim, as conseqüências podem estender-se a uma comunidade inteira, como a nação (devo guardar silêncio em nome da amizade, diante do procedimento de um traidor?).

Em situações como estas que acabamos de enumerar, os indivíduos se defrontam com a necessidade de pautar o seu comportamento por normas que se julgam mais apropriadas ou mais dignas de ser cumpridas. Estas normas são aceitas intimamente e reconhecidas como obrigatórias: de acordo com elas, os indivíduos compreendem que têm o dever de agir desta ou daquela maneira. Nestes casos, dizemos que o homem age moralmente e que neste seu comportamento se evidenciam vários traços característicos que o diferenciam de outras formas de conduta humana. Sobre este comportamento, que é o resultado de uma decisão refletida e, por isto, não puramente espontânea ou natural, os outros julgam, de acordo também com normas estabelecidas, e formulam juízos como os seguintes: “X agiu bem mentindo naquelas circunstâncias”; “Z devia denunciar o seu amigo traidor”, etc.

Desta maneira temos, pois, de um lado, atos e formas de comportamento dos homens em face de determinados problemas, que chamamos morais, e, do outro lado, juízos que aprovam ou desaprovam moralmente os mesmos atos. Mas, por sua vez, tantos os atos quanto os juízos morais pressupõem certas normas que apontam o que se deve fazer. Assim, por exemplo, o juízo: “Z devia denunciar o seu amigo traidor”, pressupõe a norma “os interesses da pátria devem ser postos acima dos da amizade”.

Por conseguinte, na vida real, defrontamo-nos com problemas práticos do tipo dos enumerados, dos quais ninguém pode eximir-se. E, para resolvê-los, os indivíduos recorrem a normas, cumprem determinados atos, formulam juízos e, às vezes, se servem de determinados argumentos ou razões para justificar a decisão adotada ou os passos dados.

Tudo isto faz parte de um tipo de comportamento efetivo, tanto dos indivíduos quanto dos grupos sociais e tanto de ontem quanto de hoje. De fato, o comportamento humano prático-moral, ainda que sujeito a variação de uma época para outra e de uma sociedade para outra, remonta até as próprias origens do homem como ser social.

A este comportamento prático-moral, que já se encontra nas formas mais primitivas de comunidade, sucede posteriormente — muitos milênios depois — a reflexão sobre ele. Os homens não só agem moralmente (isto é, enfrentam determinados problemas nas suas relações mútuas, tomam decisões e realizam certos atos para resolvê-los e, ao mesmo tempo, julgam ou avaliam de uma ou de outra maneira estas decisões e estes atos), mas também refletem sobre esse comportamento prático e o tomam como objeto da sua reflexão e de seu pensamento. Dá-se assim a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral; ou, em outras palavras, da moral efetiva, vivida, para a moral reflexa. Quando se verifica esta passagem, que coincide com os inícios do pensamento filosófico, já estamos propriamente na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos.

À diferença dos problemas prático-morais, os éticos são caracterizados pela sua generalidade. Se na vida real um indivíduo concreto enfrenta uma determinada situação, deverá resolver por si mesmo, com a ajuda de uma norma que reconhece e aceita intimamente, o problema de como agir de maneira a que sua ação possa ser boa, isto é, moralmente valiosa. Será inútil recorrer à ética com a esperança de encontrar nela uma norma de ação para cada situação concreta. A ética poderá dizer-lhe, em geral, o que é um comportamento pautado por normas, ou em que consiste o fim — o bom — visado pelo comportamento moral, do qual faz parte o procedimento do indivíduo concreto ou o de todos. O problema do que fazer em cada situação concreta é um problema prático-moral e não teórico-ético. Ao contrário, definir o que é o bom não é um problema moral cuja

solução caiba ao indivíduo em cada caso particular, mas um problema geral de caráter teórico, de competência do investigador da moral, ou seja, do ético. Assim, por exemplo, na Antiguidade grega, Aristóteles se propõe o problema teórico de definir o que é o bom. Sua tarefa é investigar o conteúdo do bom, e não determinar o que cada indivíduo deve fazer em cada caso concreto para que o seu ato possa ser considerado bom. Sem dúvida, esta investigação teórica não deixa de ter consequências práticas, porque, ao se definir o que é o bom, se está traçando um caminho geral, em cujo marco os homens podem orientar a sua conduta nas diversas situações particulares. Neste sentido, a teoria pode influir no comportamento moral-prático. Mas, apesar disso, o problema prático que o indivíduo deve resolver na sua vida cotidiana e o problema teórico cuja solução compete ao investigador, a partir da análise do material que lhe é proporcionado pelo comportamento efetivo dos homens, não podem ser identificados. Muitas teorias éticas organizaram-se em torno da definição do bom, na suposição de que, se soubermos determinar o que é, poderemos saber o que devemos fazer ou não fazer. As respostas sobre o que é o bom variam, evidentemente, de uma teoria para outra: para uns, o bom é a felicidade ou o prazer; para outros, o útil, o poder, a autocriação do ser humano, etc.

Mas, juntamente com este problema central, colocam-se também outros problemas éticos fundamentais, tais como o de definir a essência ou os traços essenciais do comportamento moral, à diferença de outras formas de comportamento humano, como a religião, a política, o direito, a atividade científica, a arte, o trato social, etc. O problema da essência do ato moral envia a outro problema importantíssimo: o da responsabilidade. É possível falar em comportamento moral somente quando o sujeito que assim se comporta é responsável pelos seus atos, mas isto, por sua vez, envolve o pressuposto de que pôde fazer o que queria fazer, ou seja, de que pôde escolher entre duas ou mais alternativas, e agir de acordo com a decisão tomada. O problema da liberdade da vontade, por isso, é inseparável do da responsabilidade. Decidir e agir numa situação concreta é um problema prático-moral; mas investigar o modo pelo qual a responsabilidade moral se relaciona com a liberdade e com o determinismo ao qual nossos atos estão sujeitos é um problema teórico, cujo

estudo é da competência da ética. Problemas éticos são também o da obrigatoriedade moral, isto é, o da natureza e fundamentos do comportamento moral enquanto obrigatório, bem como o da realização moral, não só como empreendimento individual mas também como empreendimento coletivo.

Os homens, porém, em seu comportamento prático-moral, não somente cumprem determinados atos, como, ademais, julgam ou avaliam os mesmos; isto é, formulam juízos de aprovação ou de reprovação deles e se sujeitam consciente e livremente a certas normas ou regras de ação. Tudo isto toma a forma lógica de certos enunciados ou proposições. Neste ponto, abre-se para a ética um vasto campo de investigação que, em nosso tempo, constituiu uma sua seção especial sob o nome de *meta-ética*, cuja tarefa é o estudo da natureza, função e justificação dos juízos morais. Precisamente este último é um problema meta-ético fundamental: ou seja, examinar se se podem apresentar razões ou argumentos — e, em tal caso, que tipo de razões ou de argumentos para demonstrar a validade de um juízo moral e, particularmente, das normas morais.

Os problemas teóricos e os problemas práticos, no terreno moral, se diferenciam, portanto, mas não estão separados por uma barreira intransponível. As soluções que se dão aos primeiros não deixam de influir na colocação e na solução dos segundos, isto é, na própria prática moral; por sua vez, os problemas propostos pela moral prática, vivida, assim como as suas soluções, constituem a matéria de reflexão, o fato ao qual a teoria ética deve retornar constantemente para que não seja uma especulação estéril, mas sim a teoria de um modo efetivo, real, de comportamento do homem.

2. – O Campo da Ética

Os problemas éticos caracterizam-se pela sua generalidade e isto os distingue dos problemas morais da vida cotidiana, que são os que se nos apresentam nas situações concretas. Mas, desde que a solução dada aos primeiros influi na moral vivida —

sobretudo quando se trata não de uma ética absolutista, apriorística ou puramente especulativa —, a ética pode contribuir para fundamentar ou justificar certa forma de comportamento moral. Assim, por exemplo, se a ética revela uma relação entre o comportamento moral e as necessidades e os interesses sociais, ela nos ajudará a situar no devido lugar a moral efetiva, real, de um grupo social que tem a pretensão de que seus princípios e suas normas tenham validade universal, sem levar em conta necessidades e interesses concretos. Por outro lado, se a ética, quando trata de definir o que é o bom, recusa reduzi-lo àquilo que satisfaz meu interesse pessoal, exclusivo, evidentemente influirá na prática moral ao rejeitar um comportamento egoísta como moralmente válido. Por causa de seu caráter prático, enquanto disciplina teórica, tentou-se ver na ética uma disciplina normativa, cuja função fundamental seria a de indicar o comportamento melhor do ponto de vista moral. Mas esta caracterização da ética como disciplina normativa pode levar — e, no passado, freqüentemente levou — a esquecer seu caráter propriamente teórico. Certamente, muitas éticas tradicionais partem da idéia de que a missão do teórico, neste campo, é dizer aos homens o que devem fazer, ditando-lhes as normas ou princípios pelos quais pautar seu comportamento. O ético transforma-se assim numa espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade. Mas a função fundamental da ética é a mesma de toda teoria: explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes. Por outro lado, a realidade moral varia historicamente e, com ela, variam os seus princípios e as suas normas. A pretensão de formular princípios e normas universais, deixando de lado a experiência moral histórica, afastaria da teoria precisamente a realidade que deveria explicar. Também é certo que muitas doutrinas éticas do passado são não uma investigação ou esclarecimento da moral como comportamento efetivo, humano, mas uma justificação ideológica de determinada moral, correspondente a determinadas necessidades sociais, e, para isto, elevam os seus princípios e as suas normas à categoria de princípios e normas universais, válidos para qualquer moral. Mas o campo da ética nem está à margem da moral efetiva, nem tampouco se limita a uma determinada forma temporal e relativa da mesma.

A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado porém na sua totalidade, diversidade e variedade. O que nela se afirme sobre a natureza ou fundamento das normas morais deve valer para a moral da sociedade grega, ou para a moral que vigora de fato numa comunidade humana moderna. É isso que assegura o seu caráter teórico e evita sua redução a uma disciplina normativa ou pragmática. O valor da ética como teoria está naquilo que explica, e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas.

Como reação a estes excessos normativistas das éticas tradicionais, procurou-se nos últimos tempos limitar o domínio da ética aos problemas da linguagem e do raciocínio moral, renunciando-se a abordar questões como a definição do bom, a essência da moral, o fundamento da consciência moral, etc. Pois bem; embora as questões sobre a linguagem, natureza e significado dos juízos morais tenham uma grande importância — e, por isto, se justifique que sejam estudadas de maneira especial na meta-ética —, não podem ser as únicas questões tratadas na ética e também não podem ser abordadas independentemente dos problemas éticos fundamentais, levantados pelo estudo do comportamento moral, da moral efetiva em todas as suas manifestações. Este comportamento se apresenta como uma forma de comportamento humano, como um fato, e cabe à ética explicá-lo, tomando a prática moral da humanidade em seu conjunto como objeto de sua reflexão. Neste sentido, como qualquer teoria, a ética é explicação daquilo que foi ou é, e não uma simples descrição. Não lhe cabe formular juízos de valor sobre a prática moral de outras sociedades, ou de outras épocas, em nome de uma moral absoluta e universal, mas deve, antes, explicar a razão de ser desta pluralidade e das mudanças de moral; isto é, deve esclarecer o fato de os homens terem recorrido a práticas morais diferentes e até opostas.

A ética parte do fato da existência da história da moral, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de morais no tempo, com seus respectivos valores, princípios e normas. Como teoria, não se identifica com os princípios e normas de nenhuma moral em particular e tampouco pode adotar uma atitude indiferente ou eclética diante delas. Juntamente com a explicação

de suas diferenças, deve investigar o princípio que permita compreendê-las no seu movimento e no seu desenvolvimento.

Como as demais ciências, a ética se defronta com fatos. Que estes sejam humanos implica, por sua vez, em que sejam fatos de valor. Mas isto não prejudica em nada as exigências de um estudo objetivo e racional. A ética estuda uma forma de comportamento humano que os homens julgam valioso e, além disto, obrigatório e inescapável. Mas nada disto altera minimamente a verdade de que a ética deve fornecer a compreensão racional de um aspeto real, efetivo, do comportamento dos homens.

3. – Definição da Ética

Assim como os problemas teóricos morais não se identificam com os problemas práticos, embora estejam estritamente relacionados, também não se podem confundir a ética e a moral. A ética não cria a moral. Conquanto seja certo que toda moral supõe determinados princípios, normas ou regras de comportamento, não é a ética que os estabelece numa determinada comunidade. A ética depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes da avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais.

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano.

A nossa definição sublinha, em primeiro lugar, o caráter científico desta disciplina; isto é, corresponde à necessidade de uma abordagem científica dos problemas morais. De acordo com

esta abordagem, a ética se ocupa de um objeto próprio: o setor da realidade humana que chamamos moral, constituído — como já dissemos — por um tipo peculiar de fatos ou atos humanos. Como ciência, a ética parte de certo tipo de fatos visando descobrir-lhes os princípios gerais. Neste sentido, embora parta de dados empíricos, isto é, da existência de um comportamento moral efetivo, não pode permanecer no nível de uma simples descrição ou registro dos mesmos, mas os transcende com seus conceitos, hipóteses e teorias. Enquanto conhecimento científico, a ética deve aspirar à racionalidade e objetividade mais completas e, ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis.

Certamente, esta abordagem científica dos problemas morais ainda está muito longe de ser satisfatória, e das dificuldades para alcançá-la ainda continuam se beneficiando as éticas especulativas tradicionais e as atuais de inspiração positivista.

A ética é a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano. Não se deve confundir aqui a teoria com o seu objeto: o mundo moral. As proposições da ética devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas. Ao contrário, os princípios, as normas ou os juízos de uma moral determinada não apresentam esse caráter. E não somente não têm um caráter científico, mas a experiência histórica moral demonstra como muitas vezes são incompatíveis com os conhecimentos fornecidos pelas ciências naturais e sociais. Daí podermos afirmar que, se se pode falar numa ética científica, não se pode dizer o mesmo da moral. Não existe uma moral científica, mas existe — ou pode existir — um conhecimento da moral que pode ser científico. Aqui, como nas outras ciências, o científico baseia-se no método, na abordagem do objeto, e não no próprio objeto. Da mesma maneira, pode-se dizer que o mundo físico não é científico, embora o seja a sua abordagem ou estudo por parte da ciência física. Se, porém, não existe uma moral científica em si, pode existir uma moral compatível com os conhecimentos científicos sobre o homem, a sociedade e, em particular, sobre o comportamento humano moral. É este o ponto em que a ética pode servir para fundamentar uma moral, sem ser em si mesma normativa ou preceptiva. A moral não é ciência, mas objeto da ciência; e, neste sentido, é por ela estudada e investigada. A ética não é a moral e, portan-

to, não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições; sua missão é explicar a moral efetiva e, neste sentido, pode influir na própria moral.

— Seu objeto de estudo é constituído por um tipo de atos humanos: os atos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto.

Na definição antes enunciada, ética e moral se relacionam, pois, como uma ciência específica e seu objeto. Ambas as palavras mantêm assim uma relação que não tinham propriamente em suas origens etimológicas. Certamente, moral vem do latim *mos* ou *mores*, “costume” ou “costumes”, no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem. Ética vem do grego *ethos*, que significa analogamente “modo de ser” ou “caráter” enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. Assim, portanto, originariamente, *ethos* e *mos*, “caráter” e “costume”, assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito. É precisamente esse caráter não natural da maneira de ser do homem que, na Antiguidade, lhe confere sua dimensão moral.

Vemos, pois, que o significado etimológico de *moral* e de *ética* não nos fornecem o significado atual dos dois termos, mas nos situam no terreno especificamente humano no qual se torna possível e se funda o comportamento moral: o humano como o adquirido ou conquistado pelo homem sobre o que há nele de pura natureza. O comportamento moral pertence somente ao homem na medida em que, sobre a sua própria natureza, cria esta segunda natureza, da qual faz parte a sua atividade moral.

4. — Ética e Filosofia

Ao ser definida como um conjunto sistemático de conhecimentos racionais e objetivos a respeito do comportamento hu-

mano moral, a ética se nos apresenta com um objeto específico que se pretende estudar cientificamente. Esta pretensão se opõe à concepção tradicional que a reduzia a um simples capítulo da filosofia, na maioria dos casos, especulativa.

A favor desta posição se propõem vários argumentos de importância desigual, que conduzem à negação do caráter científico e independente da ética. Argumenta-se que esta não elabora proposições objetivamente válidas, mas juízos de valor ou normas que não podem pretender essa validade. Mas, como já assinalamos, isso se aplica a um tipo determinado de ética — a normativa — que se atribui a função fundamental de fazer recomendações e formular uma série de normas e prescrições morais; mas esta objeção não atinge a teoria ética, que pretende explicar a natureza, fundamentos e condições da moral, relacionando-a com as necessidades sociais dos homens. Um código moral, ou um sistema de normas, não é ciência, mas pode ser explicado cientificamente, seja qual for o seu caráter ou as necessidades sociais às quais corresponda. A moral — dizíamos antes — não é científica, mas suas origens, fundamentos e evolução podem ser investigadas racional e objetivamente; isto é, do ponto de vista da ciência. Como qualquer outro tipo de realidade — natural ou social — a moral não pode excluir uma abordagem científica. Até mesmo um tipo de fenômeno cultural e social como o dos preconceitos não é uma exceção no caso; é verdade que os preconceitos não são científicos e que com eles não se pode constituir uma ciência, mas é certamente possível uma explicação científica (sistemática, objetiva e racional) dos preconceitos humanos pelo fato de constituírem parte de uma realidade humana social.

Na negação de qualquer relação entre a ética e a ciência se quer basear a atribuição exclusiva da primeira à filosofia. A ética é então apresentada como uma parte de uma filosofia especulativa, isto é, construída sem levar em conta a ciência e a vida real. Esta ética filosófica preocupa-se mais em buscar a concordância com princípios filosóficos universais do que com a realidade moral no seu desenvolvimento histórico e real, donde resulta também o caráter absoluto e apriorístico das suas afirmações sobre o bom, o dever, os valores morais, etc. Certamente, embora a história do pensamento filosófico esteja repleta deste tipo de éticas, numa época em que a história, a antropologia,

a psicologia e as ciências sociais nos proporcionam materiais valiosíssimos para o estudo do fato moral, não se justifica mais a existência de uma ética puramente filosófica, especulativa ou dedutiva, divorciada da ciência e da própria realidade humana moral.

Em favor do caráter puramente filosófico da ética, argumenta-se também que as questões éticas constituíram sempre uma parte do pensamento filosófico. E assim foi na realidade. Quase desde as origens da filosofia, e particularmente desde Sócrates na Antiguidade grega, os filósofos não deixaram de tratar em grau maior ou menor destas questões. E isto vale, especialmente, para o vasto período da história da filosofia durante o qual, por não se ter ainda elaborado um saber científico sobre diversos setores da realidade natural ou humana, a filosofia se apresentava como um saber total que se ocupava praticamente de tudo. Mas, nos tempos modernos, lançam-se as bases de um verdadeiro conhecimento científico — que é, originariamente, físico-matemático —, e, na medida em que a abordagem científica se estende progressivamente a novos objetos ou setores da realidade, inclusive à realidade social do homem, vários ramos do saber se desprendem do tronco comum da filosofia para constituir ciências especiais com um objeto específico de investigação e com uma abordagem sistemática, metódica, objetiva e racional comum às diversas ciências. Um dos últimos ramos que se desprende do tronco comum foi a psicologia, ciência simultaneamente natural e social, embora ainda hoje haja quem se empenhe em fazer dela — sob a forma de tratado da alma — uma simples psicologia filosófica.

Hoje trilham este caminho científico várias disciplinas — entre elas a ética — que eram tradicionalmente consideradas como tarefas exclusivas dos filósofos. Mas, atualmente, este processo de conquista de uma verdadeira natureza científica assume antes a característica de uma ruptura com as filosofias especulativas que pretendem sujeitá-las e de uma aproximação com as ciências que lhes põem em mãos proveitosas conclusões. Desta maneira, a ética tende a estudar um tipo de fenômenos que se verificam realmente na vida do homem como ser social e constituem o que chamamos de mundo moral; ao mesmo tempo, procura estudá-los não deduzindo-os de princípios absolutos ou

apriorísticos, mas afundando suas raízes na própria existência histórica e social do homem.

Ora, o fato de que a ética assim concebida — isto é, com um objeto próprio tratado cientificamente — busque a autonomia própria a um saber científico não significa que esta autonomia possa ser considerada como absoluta com relação aos demais ramos do saber e, em primeiro lugar, com relação à própria filosofia. As importantes contribuições do pensamento filosófico neste terreno — desde a filosofia grega até os nossos dias —, longe de ser relegadas ao esquecimento, devem ser altamente valorizadas porque, em muitos casos, conservam a sua riqueza e vitalidade. Daí a necessidade e a importância do seu estudo.

Uma ética científica pressupõe necessariamente uma concepção filosófica imanentista e racionalista do mundo e do homem, na qual se eliminem instâncias ou fatores extramundanos ou super-humanos e irracionais. De acordo com esta visão imanentista e racionalista do mundo, a ética científica é incompatível com qualquer cosmovisão universal e totalizadora que se pretenda colocar acima das ciências positivas ou em contradição com elas. As questões éticas fundamentais — como, por exemplo, as que concernem às relações entre responsabilidade, liberdade e necessidade — devem ser abordadas a partir de pressupostos filosóficos básicos, como o da dialética da necessidade e da liberdade. Mas, neste problema como em outros, a ética científica deve apoiar-se numa filosofia estreitamente relacionada com as ciências, e não numa filosofia especulativa, divorciada delas, que pretenda deduzir de princípios absolutos a solução dos problemas éticos.

Ademais, como teoria de uma forma específica do comportamento humano, a ética não pode deixar de partir de determinada concepção filosófica do homem. O comportamento moral é próprio do homem como ser histórico, social e prático, isto é, como um ser que transforma conscientemente o mundo que o rodeia; que faz da natureza externa um mundo à sua medida humana, e que, desta maneira, transforma a sua própria natureza. Por conseguinte, o comportamento moral não é a manifestação de uma natureza humana eterna e imutável, dada de uma vez para sempre, mas de uma natureza que está sempre sujeita ao processo de transformação que constitui precisamente a história da humanidade. A moral, bem como suas mudanças

fundamentais, não são senão uma parte desta história humana, isto é, do processo de autocriação ou autotransformação do homem que se manifesta de diversas maneiras, estreitamente relacionadas entre si: desde suas formas materiais de existência até as suas formas espirituais, nas quais se inclui a vida moral.

Vemos, assim, que se a moral é inseparável da atividade prática do homem — material e espiritual —, a ética nunca pode deixar de ter como fundamento a concepção filosófica do homem que nos dá uma visão total deste como ser social, histórico e criador. Toda uma série de conceitos com os quais a ética trabalha de uma maneira específica, como os de liberdade, necessidade, valor, consciência, socialidade, etc., pressupõem um prévio esclarecimento filosófico. Também os problemas relacionados com o conhecimento moral ou com a forma, significação e validade dos juízos morais exigem que a ética recorra a disciplinas filosóficas especiais, como a lógica, a filosofia da linguagem e a epistemologia.

Em suma, a ética científica está estreitamente relacionada com a filosofia, embora, como já observamos, não com qualquer filosofia; e esta relação, longe de excluir o seu caráter científico, o pressupõe necessariamente quando se trata de uma filosofia que se apoia na própria ciência.

5. – A Ética e Outras Ciências

Através de seu objeto — uma forma específica do comportamento humano — a ética se relaciona com outras ciências que, sob ângulos diversos, estudam as relações e o comportamento dos homens em sociedade e proporcionam dados e conclusões que contribuem para esclarecer o tipo peculiar de comportamento humano que é o moral.

Os agentes morais, em primeiro lugar, são indivíduos concretos que fazem parte de uma comunidade. Seus atos são morais somente se considerados nas suas relações com os outros; contudo, sempre apresentam um aspecto subjetivo, interno, psí-

quico, constituído de motivos, impulsos, atividade da consciência que se propõe fins, seleciona meios, escolhe entre diversas alternativas, formula juízos de aprovação ou de desaprovação, etc.; neste aspecto psíquico, subjetivo, inclui-se também a atividade subconsciente. Ainda que o comportamento moral responda — como veremos — à necessidade social de regular as relações dos indivíduos numa certa direção, a atividade moral é sempre vivida interna ou intimamente pelo sujeito em um processo subjetivo para cuja elucidação contribui muitíssimo a psicologia. Como ciência do psíquico, a psicologia vem em ajuda da ética quando põe em evidência as leis que regem as motivações internas do comportamento do indivíduo, assim como quando nos mostra a estrutura do caráter e da personalidade. Dá a sua ajuda também quando examina os atos voluntários, a formação dos hábitos, a gênese da consciência moral e dos juízos morais. Em poucas palavras, a psicologia presta uma importante contribuição à ética quando esclarece as condições internas, subjetivas, do ato moral. Assim, portanto, na medida em que os atos morais são atos de indivíduos concretos, por estes vividos ou interiorizados de acordo com a sua constituição psíquica, a ética não pode prescindir da ajuda da psicologia, entendida não somente no sentido tradicional de ciência do psíquico consciente, mas também como psicologia profunda, ou dos fatores subconscientes que escapam ao controle da consciência e que não deixam de influenciar o comportamento dos indivíduos.

A explicação psicológica do comportamento humano possibilita a compreensão das condições subjetivas dos atos dos indivíduos e, deste modo, contribui para a compreensão da sua dimensão moral. Problemas morais como o da responsabilidade e da culpabilidade não se podem abordar sem considerar os factores psíquicos que intervieram no ato, pelo qual o sujeito se julga responsável e culpado. A psicologia, com a sua análise das motivações ou impulsos irresistíveis, faz-nos ver também quando um ato humano escapa a uma avaliação ou julgamento moral. Por todas estas razões, estudando o comportamento moral, a ética não pode prescindir dos dados fornecidos e das conclusões deduzidas pela psicologia. Deste modo, quando se superestima este aspecto subjetivo do comportamento humano, isto é, a função dos fatores psíquicos e se tende a esquecer o aspecto objetivo e social do comportamento humano, até o ponto de

transformá-lo em chave da explicação do comportamento moral, cai-se no *psicologismo ético*, isto é, na tendência a reduzir o moral ao psíquico, e a considerar a ética como um simples capítulo da psicologia. Contudo, embora os atos morais tenham seu respectivo aspecto psíquico, a ética não se reduz à psicologia.

A ética apresenta também estreita relação com as ciências que estudam as leis que regem o desenvolvimento e a estrutura das sociedades humanas. Entre estas ciências sociais, figuram a antropologia social e a sociologia. Nelas se estuda o comportamento do homem como ser social sob o ponto de vista de determinadas relações; estudam-se, também, as estruturas nas quais se integram estas relações, assim como as formas de organização e de relação dos indivíduos concretos dentro delas. Estas relações, assim como as instituições e organizações sociais, não existem sem os indivíduos, mas às ciências sociais interessa, sobretudo, não o aspecto psíquico ou subjetivo do comportamento humano — que como dissemos, é uma tarefa da psicologia — mas as formas sociais em cujo âmbito atuam os indivíduos.

O sujeito do comportamento moral é o indivíduo concreto, mas, sendo um ser social e, independentemente do grau de consciência que tenha disto, parte de determinada estrutura social e inserido numa rede de relações sociais, o seu modo de comportar-se moralmente não pode ter um caráter puramente individual, e sim social. Os indivíduos nascem numa determinada sociedade, na qual vigora uma moral efetiva que não é a invenção de cada um em particular, mas que cada um encontra como dado objetivo, social. Esta moral, como veremos mais adiante, corresponde a necessidades e exigências da vida social. Por esta relação entre moral e sociedade, a ética não pode prescindir do conhecimento objetivo das estruturas sociais, de suas relações e instituições, proporcionado pelas ciências sociais e, em particular, pela sociologia como ciência da sociedade.

Mas, por importante que seja — e o é em alto grau — o conhecimento dos fatores sociais do comportamento moral, este não se reduz à uma mera expressão daqueles; por outro lado, embora os atos morais sejam condicionados socialmente, não se reduzem à sua forma social, coletiva e impessoal. Para que se possa falar propriamente do comportamento moral de um indivíduo, é preciso que os fatores sociais que nele influem e o con-

dicionam sejam vividos pessoalmente, passem pela sua consciência ou sejam interiorizados, porque somente assim poderemos responsabilizá-lo por sua decisão e por sua ação. Exige-se efetivamente que o indivíduo, sem deixar de ser condicionado socialmente, disponha da necessária margem individual para poder decidir e agir; somente com esta condição poderemos dizer que se comporta moralmente. Por todas estas razões chegamos à conclusão de que o estudo do comportamento moral não pode exaurir-se no seu aspecto social e de que a ética não se reduz à sociologia. A redução dos atos morais aos fatos sociais e a procura da chave de explicação dos primeiros nos segundos leva ao *sociologismo ético*, isto é, à tendência a transformar a ética num capítulo da sociologia. Esta última fornece dados e conclusões indispensáveis para o estudo do mundo moral, mas não pode substituir a ética.

Enquanto a sociologia pretende estudar a sociedade humana em geral, na base da análise das sociedades concretas, ao mesmo tempo em que investiga os fatores e condições da mudança social, isto é, da passagem de uma formação social a outra, a antropologia social estuda, principalmente, as sociedades primitivas ou desaparecidas, sem preocupar-se com a sua inserção num processo histórico de mudança e de sucessão. No estudo do comportamento dessas comunidades, entra também a análise de seu comportamento moral. Seus dados e conclusões assumem grande importância no exame das origens, fonte e natureza da moral. Os antropólogos conseguiram estabelecer relações entre a estrutura social de uma comunidade e o código moral que as rege, demonstrando assim que as normas que hoje, de acordo com nosso código moral atual, parecem em certos casos imorais — como a de não respeitar a vida dos anciãos e dos prisioneiros — correspondem a certa forma de vida social. As conclusões dos antropólogos constituem uma séria advertência contra as pretensões dos teóricos da moral que, desconhecendo a relação entre esta e as condições sociais concretas, procuram elevar ao plano do absoluto certos princípios e certas normas que correspondem a uma forma concreta de vida social. E esta advertência se justifica também mediante o estudo — quase sempre negligenciado pela ética tradicional — da história da moral como processo de sucessão de determinadas morais efetivas por outras.

Se existe uma diversidade de morais não só no tempo, mas também no espaço, e não somente nas sociedades que se inserem num processo histórico definido, mas inclusive naquelas sociedades hoje desaparecidas que precederam as sociedades históricas, é preciso que a ética como teoria da moral tenha presente um comportamento humano que varia e se diversifica no tempo. O antropólogo social, de um lado, e o historiador, do outro, colocam diante de nossos olhos a relatividade das morais, seu caráter mutável, sua mudança e sucessão de acordo com a mudança e a sucessão das sociedades concretas. Mas isto não significa que no passado moral da humanidade haja somente um amontoado de ruínas, nem que tudo aquilo que, em outros tempos, foi moralmente vital, se extinga por completo, ao desaparecer a vida social que condicionava determinada moral. Os dados e as conclusões da antropologia e da história contribuem para que a ética se afaste de uma concepção absolutista ou supra-histórica da moral, mas, ao mesmo tempo, lhe impõe a necessidade de abordar o problema de se, através desta diversidade e sucessão de morais efetivas, existem também, ao lado de seus aspectos históricos e relativos, outros que perduram, sobrevivem ou se enriquecem, elevando-se a um nível moral superior. Em resumo, a antropologia e a história, ao mesmo tempo que contribuem para estabelecer a correlação entre moral e vida social, propõem à ética um problema fundamental: o de determinar se existe um progresso moral.

Toda ciência do comportamento humano, ou das relações entre os homens, pode trazer uma contribuição proveitosa para a ética como ciência da moral. Por isto, também a teoria do direito pode trazer semelhante contribuição, graças à sua estreita relação com a ética, visto que as duas disciplinas estudam o comportamento do homem como comportamento normativo. De fato, ambas as ciências abordam o comportamento humano sujeito a normas, ainda que no campo do direito se trate de normas impostas com um caráter de obrigação exterior e, inclusive, de maneira coercitiva, ao passo que na esfera da moral as normas, embora obrigatórias, não são impostas coercitivamente.

A ética se relaciona, também, com a economia política como ciência das relações econômicas que os homens contraem no processo de produção. Esta vinculação se baseia na relação

efetiva, na vida social, entre os fenômenos econômicos e o mundo moral. Trata-se de uma relação em dois planos:

a) Na medida em que as relações econômicas influem na moral dominante numa determinada sociedade. Assim, por exemplo, o sistema econômico no qual a força do trabalho se vende como mercadoria e no qual vigora a lei da obtenção do maior lucro possível gera uma moral egoísta e individualista que satisfaz o desejo do lucro. O conhecimento desta moral tem de se basear nos dados e nas conclusões da economia política a respeito desse modo de produção, ou sistema econômico.

b) Na medida em que os atos econômicos — produção de bens através do trabalho e apropriação e distribuição dos mesmos — não podem deixar de apresentar uma certa conotação moral. A atividade do trabalhador, a divisão social do trabalho, as formas de propriedade dos meios de produção e a distribuição social dos produtos do trabalho humano, colocam problemas morais. A ética como ciência da moral não pode negligenciar os problemas morais apresentados, especialmente em nossos dias, pela vida econômica; ora, a economia política, como ciência das relações econômicas ou dos modos de produção, contribui para a elucidação dos mesmos.

Vemos, portanto, que a ética se relaciona estreitamente com as ciências do homem, ou ciências sociais, dado que o comportamento moral não é outra coisa senão uma forma específica do comportamento do homem, que se manifesta em diversos planos: psicológico, social, prático-utilitário, jurídico, religioso ou estético. Mas a relação da ética com outras ciências humanas ou sociais, baseada na íntima relação das diferentes formas de comportamento humano, não nos deve fazer esquecer o seu objeto específico, próprio, enquanto ciência do comportamento moral.